

**ATA DA 14ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS  
HÍDRICOS – CEHIDRO.**

Aos oito dias do mês de maio do ano de dois mil e oito, às 09h 26min no Auditório Pantanal/SEMA, ocorreu a 14ª Reunião Ordinária do Conselho Estadual de Recursos Hídricos – CEHIDRO, com a seguinte pauta: Aprovação da ATA da 7ª Reunião Extraordinária do CEHIDRO; Informes; Aprovação da resolução nº 17, que trata do licenciamento de projetos de irrigação; Discussão da Proposta de Minuta de Lei Complementar para a recriação do Fundo Estadual de Recursos Hídricos - FEHIDRO; Apresentação do programa VIGIÁGUAS – Programa de Qualidade de Água para Consumo Humano; Apresentação da Consolidação da Fase de Cenários do Plano Estadual de Recursos Hídricos; Assuntos Gerais. A reunião foi presidida pelo Secretário Executivo do CEHIDRO o Senhor Luiz Henrique Magalhães Noquelli, que registrou a presença dos seguintes Conselheiros: Sr. Luiz Gonzaga Toledo, representante da SEPLAN; Sr. Valquim Félix da Silva, representante da SEDER; Sra. Telma Luzia Monteiro, representante da SES; Sr. José do Carmo Ferraz filho, representante da SICME; Sra. Edenir Maria Serigatto, representante da UNEMAT; Sra. Eliana Beatriz Nunes Rondon Lima, representante da ABES; Sra. Ildisneya Velasco Dambros e Sra. Vânia Tarcila Borges, representantes da SANECAP; Sr. Wilmar José Franzner, representante da FIEMT; Sr. Caetano Henrique Grossi, representante das Usinas Itamarati; Sr. Décio Elói Siebert, representante do IPAC; Sra. Alessandra Panizi de Souza, representante do INSTITUTO CREATIO; Sra. Josita Correto da Rocha Priante, representante do COORIMBATÁ; Sra. Marli Teresinha Deon Sette, representante da RAEONG's. O Secretário Executivo iniciou a reunião agradecendo a presença de todos e informando aos conselheiros que o Secretário de Estado do Meio Ambiente, Sr. Luis Henrique Chaves Daldegan, não participará da reunião por encontrar-se em viagem e o Sr. Salatiel Alves de Araújo, que o está substituindo como Secretário, iria participar, mas teve que ir a Brasília no lançamento do Programa Amazônia Sustentável - PAS, estando por isso ausente. Em seguida colocou em votação a Ata da 7ª Reunião Extraordinária, questionando aos conselheiros se gostariam de fazer alguma alteração, nenhum conselheiro se manifestou e a Ata foi aprovada por unanimidade. O Secretário Executivo iniciou os informes, parabenizando a Cooperativa de Pescadores e Artesãos de Pai André e Bomsucesso – COORIMBATA, que integra o conselho, pelo recebimento do Prêmio ODM Brasil 2007, colocando que novamente o Mato Grosso se destaca e ponderando que este tipo de reconhecimento é importante tanto para a instituição que o recebe quanto

35 para o CEHIDRO, pois isto o fortalece. A seguir informou que a ata da 13ª Reunião foi  
36 publicada no diário oficial do dia 16/04/08. Continuando os informes colocou aos  
37 conselheiros em reuniões anteriores foi discutida a divulgação do Conselho, como uma  
38 forma de fortalecê-lo e informou que esta divulgação está sendo feita, foi feita uma  
39 apresentação na última reunião do Comitê de Bacia Hidrográfica Sapé Várzea Grande –  
40 COVAPÉ, como forma de destacar a posição do CEHIDRO e do COVAPÉ no Sistema  
41 Estadual de recursos Hídricos. Colocou também aos conselheiros que durante o ano de  
42 2007 foram realizados quatro seminários regionais de recursos hídricos e um seminário  
43 estadual, e este ano foi realizado o 5º Seminário Regional de Recursos Hídricos, em  
44 Campo Verde e que neste seminário também foi feita uma apresentação do CEHIDRO  
45 durante a cerimônia de abertura. Destacou que este seminário foi uma realização  
46 importante, na cerimônia de abertura contou com a presença de duzentas pessoas vindas  
47 inclusive de outras cidades, e que Campo Verde é um piloto para o processo de  
48 descentralização do licenciamento, por isso a importância da Secretaria de Agricultura e  
49 Meio Ambiente do município se propor a organizá-lo. Dando continuidade falou aos  
50 conselheiros que o Proágua Nacional está sendo encaminhado e que a ANA já entrou em  
51 contato para fazer as capacitações previstas, inclusive para os integrantes do Conselho, e  
52 também para fazer a aquisição de equipamentos. Destacou ainda que o Proágua não está  
53 se destacando ainda, mas está sendo desenvolvido e é importante que esteja bem  
54 organizado para ser bem desenvolvido. Informou aos conselheiros que foi solicitada a  
55 substituição do conselheiro Adjane da Silva Prado, representante suplente da SEDTUR,  
56 pela conselheira Amanda Aparecida de Miranda Maciel e a substituição dos conselheiros  
57 Terezinha Cintra Paes de Barros e Joaquim Jurandir Pratt Moreno, representantes da  
58 SICME, pelos conselheiros Manoel Antônio Rodrigues Palma, como titular, e José do  
59 Carmo Ferraz Filho, como suplente. A seguir colocou aos conselheiros que saiu o Ato nº  
60 6.036/2008 nomeando a Analista de Meio Ambiente Sibelle Christine Glaser Jakobi como  
61 Secretária do Conselho Estadual de Recursos Hídricos, no diário oficial do dia 29 de abril  
62 de 2008, destacando que essa é uma vitória importante do CEHIDRO porque  
63 conseguimos que ele se igualasse ao CONSEMA em número de cargos. Avisou aos  
64 conselheiros que as carteirinhas daqueles que enviaram as fotos já está pronta e deve ser  
65 pega com a Secretária do Conselho após a reunião. Dando continuidade a pauta informou  
66 aos conselheiros que será realizado nos dias 24,25 e 26 de junho no Hotel Deville em  
67 Cuiabá o Workshop “Sistemas de Suporte à Decisão para Bacias Hidrográficas: Desafios  
68 e Oportunidades”, organizado pela TNC e pela IBM do Brasil. Colocou ainda que será um

69 evento extremamente técnico e que o mesmo já foi realizado em São Paulo nas bacias  
70 Piracicaba, Capivari e Jundiaí e será feito agora na bacia do São Lourenço. Destacou  
71 ainda que a SURH já destacou pessoas que considera fundamentais para participar e  
72 levarem a realidade do Estado e colocou que os que se interessarem em participar devem  
73 mandar um e-mail manifestando seu interesse e frisou que serão dois dias de trabalho no  
74 hotel e o ultimo será uma saída à campo. A conselheira Alessandra Panizi questionou se  
75 é somente enviar o e-mail manifestando o interesse, ao que foi respondida pelo Secretário  
76 Executivo que sim. Informou aos conselheiros que em abril tivemos seis solicitações de  
77 outorga, destacando que existe uma portaria da SEMA que coloca como bacia prioritária  
78 durante seis meses a P5, mas já se começou a aceitar solicitações de todo o Estado e  
79 que em três ou quatro meses a outorga já deve estar funcionando plenamente no Estado.  
80 Dando continuidade falou aos conselheiros que o Sr. Maurício dos Santos Pompeo, da  
81 Secretaria de Recursos Hídricos e Ambiente Urbano do Ministério do Meio Ambiente,  
82 solicitou um espaço para fazer uma breve explanação e questionou aos conselheiros se  
83 eles permitiriam, o que foi aceito. O Secretário Executivo passou então a palavra ao Sr.  
84 Maurício, que iniciou a sua fala colocando que atualmente na SRHU vislumbrou-se a  
85 necessidade de se integrar os planos de recursos hídricos, tanto o nacional com os  
86 estaduais quanto os estaduais entre si, uma demanda muito grande por planejamento de  
87 recursos hídricos e pela existência da resolução nº 67. Ponderou ainda que este é o  
88 momento de se pensar nisso e se efetivar esta integração, destacando que na elaboração  
89 do Plano Estadual de Recursos Hídricos de Mato Grosso (PERH) isto já está sendo feito,  
90 uma vez que os consultores se basearam no Plano Nacional de Recursos Hídricos para  
91 sua elaboração, utilizando inclusive a mesma metodologia. O Secretário Executivo falou  
92 aos conselheiros que está é a posição do MMA e destacou que o PERH deve ser  
93 aprovado pelo CEHIDRO, sendo para isso fundamental conhecê-lo. Colocou ainda que o  
94 acordo que foi feito com o MMA era para serem realizadas três encontros públicos na fase  
95 de diagnóstico, que foram realizados, e voltar nas bacias hidrográficas nesta fase do  
96 plano, para apresentá-lo a população. Informou aos conselheiros que os encontros  
97 públicos serão realizados nos dias 19/06 em Sinop, 17/07 em Rondonópolis e 31/07 em  
98 Barra do Garças, todos com saída no dia anterior e retorno no dia seguinte. Destacou que  
99 não é possível pagar diárias a todos os conselheiros, mas que o transporte será feito de  
100 microônibus e as despesas serão cobertas pela SEMA e que em cada um dos encontros  
101 devem ir três conselheiros, de forma a nenhum encontro deixar de ter representantes do  
102 Conselho. Colocou ainda que gostaria que os que dispuserem a ir que realmente se

103 comprometessem e não deixassem de ir. Dito isso questionou aos conselheiros se algum  
104 se predispunha, salientando que a Secretária do Conselho entrará contato  
105 posteriormente. A conselheira Telma Monteiro questionou se seria possível participar indo  
106 de manhã e retornando a noite, ao que o Secretário Executivo respondeu positivamente e  
107 a conselheira complementou que participará então do encontro do dia 17/07 em  
108 Rondonópolis. A conselheira Edenir Serigatto perguntou que horas será a saída dos  
109 ônibus, sendo respondida pelo Secretário Executivo que o ideal é sair de manhã, em  
110 torno de oito horas, para chegar no período da tarde e poder descansar antes do  
111 encontro, ao que a conselheira colocou que para estar aqui no horário citado teria que sair  
112 um dia antes de Tangará da Serra. O Secretário Executivo propôs então que para os  
113 encontros do dia 19/06 e 31/07 fosse mantido o horário de saída às oito horas, devido à  
114 distância a ser percorrida até Sinop e Barra do Garças, mas que no outro o ônibus saísse  
115 às treze horas, já que Rondonópolis é mais próximo de Cuiabá, o que foi aprovado por  
116 todos. A conselheira Edenir Serigatto afirmou que participará então do encontro do dia  
117 17/07 em Rondonópolis. Em seguida o Secretário Executivo passou a palavra para a  
118 conselheira Ildisnéya Dambros, que convidou os conselheiros e todos os presentes para  
119 participar da inauguração da 2ª etapa do Memorial das Águas, no espaço da ETA São  
120 Sebastião, no dia 12/05, segunda-feira, às 08h 30min. Colocou ainda que este espaço  
121 terá a Biblioteca das Águas, o Museu das Águas, uma sala de pesquisa e estudo e um  
122 auditório e agradeceu a conselheira Eliana Beatriz Nunes Rondon Lima, que iniciou o  
123 processo para que o Memorial fosse feito. A conselheira Telma Monteiro sugeriu que  
124 fosse realizada uma reunião do CEHIDRO no Memorial da Águas, ao que a conselheira  
125 Ildisneya Dambros afirmou ser possível e solicitou aos conselheiros que, se possível,  
126 fossem feitas doações de livros para a biblioteca do local. Dando continuidade a pauta, o  
127 Secretário Executivo colocou aos conselheiros que quando o CEHIDRO começou um dos  
128 assuntos mais discutidos no Pleno era a forma de se licenciar projetos de irrigação, onde  
129 todos participaram de forma efetiva através de sugestões e também propondo alterações  
130 e com reestruturação o licenciamento passará a ser feito pela SUIMIS, é necessário  
131 passar de forma estruturada, e para isso foi feita uma revisão das resoluções referentes à  
132 irrigação, já que estava ocorrendo uma confusão por parte dos empreendedores em  
133 relação ao licenciamento de irrigação exigir a medição da vazão do manancial e a outorga  
134 não requisitar este dado. Ponderou que quando se iniciou o processo de licenciamento  
135 de projetos de irrigação não se tinham dados das vazões dos mananciais, por isso era  
136 solicitado aos empreendedores mesmo sendo uma obrigação do Estado obter esta

137 informação e que como era exigida a medição nos períodos críticos restringia o  
138 licenciamento de projetos de irrigação a apenas quatro meses por ano. A Secretária do  
139 Conselho destacou que a resolução não foi enviada aos conselheiros juntamente com os  
140 outros arquivos por ser uma demanda de ultima hora, mas que será enviada  
141 posteriormente. Em seguida o Secretário Executivo leu as alterações propostas  
142 explicando que as mesmas se referem a retirar a necessidade de apresentação de  
143 medição de vazão do manancial e a obrigatoriedade da instalação de réguas pelo  
144 empreendedor e revogando artigos que se encontram em desconformidade com a  
145 legislação vigente. Enfatizou ainda que aprovando as mesmas se resolverá o conflito  
146 entre outorga e licenciamento de irrigação e organizará as deliberações do Conselho  
147 relacionadas à outorga, por revogar diversas cláusulas conflitantes, destacando que estas  
148 alterações são uma solicitação da SURH. A Secretária do Conselho colocou que a  
149 intenção é que na próxima reunião seja apresentada uma proposta de resolução onde  
150 será consolidado o licenciamento de poço e de irrigação, sendo complementado pelo  
151 Secretário Executivo que os técnicos que trabalham há seis anos com estas resoluções já  
152 estão acostumados, mas para passar para a SUIMIS é melhor que seja apenas uma  
153 resolução, de forma a facilitar. O conselheiro Décio Siebert colocou que participou da  
154 elaboração destas resoluções e que também tem conhecimento da realidade de campo e  
155 as alterações sugeridas são necessárias para agilizar o processo de licenciamento. A  
156 conselheira Eliana Rondon questionou como a outorga conseguirá assumir a medição de  
157 vazão do Estado, sendo respondido pelo Secretário Executivo que o empreendedor não  
158 precisará apresentar os dados mas deverá solicitar a outorga, sendo complementado  
159 pela sra. Ellen Pantoja, Gerente de Outorga, que foi feito um estudo de regionalização de  
160 vazão no Estado, onde se terá a informação de quanto é permitido retirar e a partir desta  
161 informação que será dada a outorga. Colocou ainda que em um segundo momento este  
162 sistema será acessado pelo usuário, onde ele poderá verificar se tem a disponibilidade  
163 hídrica necessária naquele ponto antes mesmo de entrar com o processo. O Secretário  
164 Executivo ponderou ainda que saber quanto pode ser retirado dos mananciais é uma  
165 função do Estado. Em seguida, colocou em votação a resolução nº 17, a qual foi aprovada  
166 por unanimidade. A conselheira Telma Monteiro questionou onde está disponível a  
167 regionalização, ao que foi respondida pela sra. Ellen Pantoja que ainda não se encontra  
168 disponível pois não foi oficialmente entregue pela consultoria contratada para elaborá-lo,  
169 mas que assim que for entregue será feita uma apresentação do mesmo ao CEHIDRO,  
170 sendo complementada pelo Secretário Executivo que o CEHIDRO deverá inclusive decidir

171 alguns pontos, inclusive sobre casos de prioridade de outorga. O Secretário Executivo  
172 passou ao próximo ponto da pauta e colocou aos conselheiros que como havia sido  
173 solicitado em reuniões anteriores foram elaboradas duas minuta de lei complementares  
174 visando que o CEHIDRO tenha maior poder de decisão sobre recursos financeiros  
175 provenientes da fonte 109 destacando que neste pleito estamos sendo auxiliados pelo Dr.  
176 Jenz Prochnow Júnior, Procurador do Estado e com o Dr. Gerson Natalício Barbosa,  
177 Promotor de Justiça do Estado. A Secretária do Conselho colocou aos conselheiros que a  
178 diferença entre as duas propostas é que a proposta um recria o FEHIDRO enquanto na  
179 proposta dois o diretor do FEMAM prestará contas ao CEHIDRO de fontes de recurso  
180 financeiro relacionadas a recursos hídricos, entretanto a decisão sobre a aplicação dos  
181 recursos continuará sendo do CONSEMA. A conselheira Josita Priante questionou se  
182 havia sido formada uma comissão para elaborar esta minuta, sendo respondida pelo  
183 Secretário Executivo que a comissão foi feita e que a minuta de lei foi baseada nas  
184 sugestões da mesma. O conselheiro Caetano Grossi sugeriu que no inciso II do artigo 3º  
185 a redação ficasse “apoiar e financiar a realização de pesquisas, serviços e obras  
186 hidráulicas relacionadas à preservação dos recursos hídricos”. Sugeriu também que no  
187 parágrafo único do artigo 6º fosse colocado que os 20% podem somente serem aplicados  
188 na bacia a montante da bacia arrecadadora, ao que o Secretário Executivo colocou que  
189 poderia ser colocado que deveria ser aplicado prioritariamente na bacia a montante, para  
190 que, caso necessário, possa se aplicar este recurso em outra bacia, o que foi aprovado  
191 pelos conselheiros. O conselheiro Caetano Grossi sugeriu ainda que os incisos V, IX, XI e  
192 XIV fossem transformados em um só, ao que a Secretária do Conselho ponderou que os  
193 incisos V, IX e XI tratam de tipos diferentes de recursos e deveriam ser mantidos  
194 separados, entretanto ponderou que realmente os incisos XI e XIV tratam do mesmo  
195 tópico e sugeriu que o XI fosse excluído, com o que o conselheiro Caetano grossi  
196 concordou. O conselheiro Décio Siebert colocou que grande parte da discussão é  
197 vinculada ao poder de decisão do CONSEMA sobre os recursos, e que uma grande  
198 demanda da SEMA é relacionada a desmatamento e outras questões e ponderou que se  
199 o CEHIDRO ficar dependente do CONSEMA não conseguiremos utilizar os recursos,  
200 complementando que não há razão para o CEHIDRO depender de outro Conselho, ainda  
201 mais que o PERH está sendo desenvolvido e necessitará de recurso para ser  
202 implementado, sugerindo então que seja levada adiante somente a proposta um, que  
203 recria o FEHIDRO. O Secretário Executivo colocou em votação a sugestão de se levar  
204 adiante somente a proposta um, que foi aprovada, e em seguida colocou em votação as

205 alterações sugeridas, as quais foram também aprovadas. O Secretário Executivo  
206 questionou ainda aos conselheiros se eles permitiriam que fosse dado encaminhamento à  
207 este Minuta de Lei Complementar, inclusive discutindo a mesma com o Dr. João Gonçalo,  
208 Sub-Procurador do Estado, e com os Drs. Jenz e Gerson, o que os conselheiros  
209 consentiram. O conselheiro Décio Siebert questionou se seria necessário enviar junto com  
210 a minuta uma lista de justificativas para a mesmo, sendo respondido pelo Secretário  
211 Executivo que sim, ao que o conselheiro complementou que os conselheiros poderiam  
212 enviar suas sugestões de justificativa por e-mail, com o que todos concordaram e o  
213 Secretário Executivo estipulou o dia 15/05, próxima quinta-feira, como data limite para o  
214 envio de sugestões. O Secretário Executivo passou ao próximo tópico da pauta e  
215 convidou a conselheira Telma Monteiro para fazer a apresentação sobre o programa  
216 VIGIÁGUAS, ao que a conselheira Telma Monteiro sugeriu que sua apresentação fosse  
217 feita na próxima reunião devido ao adiantado da hora e que a próxima reunião fosse  
218 realizada no Memorial da Águas, o que foi colocado em votação e aprovado. Em seguida  
219 o Secretário Executivo passou a palavra ao Sr. Sérgio Simião para que apresentasse a  
220 Consolidação da Fase de Cenários do Plano Estadual de Recursos Hídricos. O Sr. Sérgio  
221 iniciou apresentando as etapas de desenvolvimento do PERH, destacando a fase em que  
222 o mesmo se encontra. Em seguida fez uma breve explanação sobre a metodologia  
223 utilizada na elaboração dos cenários destacando as condicionantes utilizadas nos  
224 mesmos e em seguida colocou que a cenarização foi feita com base em sete grandes  
225 regiões, as quais tem características semelhantes e foram divididas se respeitando as três  
226 grandes bacias do Estado. Em seguida descreveu os três cenários criados e apresentou a  
227 quantificação das variáveis identificadas no diagnóstico para cada um dos cenários.  
228 Colocou aos conselheiros que o cenário 1, chamado de Desenvolvimento Sustentável, foi  
229 adotado como visão de futuro para o Estado e que para conseguir atingí-lo é necessário  
230 estabelecer diretrizes de atuação, as quais estão em fase de elaboração e detalhamento.  
231 O conselheiro José Ferraz colocou que os dados foram bem baseados em agricultura e  
232 pecuária e questionou a ausência de dados da mineração, ponderando que a mesma está  
233 crescendo e já existem várias áreas sendo requeridas no Estado. O Sr. Sérgio respondeu  
234 que estes dados fazem parte do PERH, entretanto ainda não foram produzidos os mapas.  
235 Destacou ainda que as análises foram feitas com dados do DNPM e que muitas vezes as  
236 áreas são requeridas mas não são exploradas. Ponderou ainda que a intenção de fazer  
237 estas apresentações é justamente apresentar os dados para garantir que nada seja  
238 deixado de lado, colocando que foram produzidos muitos dados, os quais foram

condensados para a apresentação. Encerrou a apresentação destacando que o PERH deve ser constantemente monitorado de forma a garantir que se cumpram as diretrizes e se atinja a visão de futuro. O Secretário Executivo abriu para questionamentos e ninguém tendo se manifestado o Secretário Executivo agradeceu a todos pela presença e encerrou a reunião às 12h 06min e eu, Sibelle Christine Glaser Jakobi, Secretária do Conselho Estadual de Recursos Hídricos, lavrei esta ATA que será assinada pelo Presidente e pelo Secretário Executivo do Conselho Estadual de Recursos Hídricos – CEHIDRO.

\_\_\_\_\_  
**LUIS HENRIQUE C. DALDEGAN**

Presidente do CEHIDRO

\_\_\_\_\_  
**LUIZ HENRIQUE M. NOQUELLI**

Secretário Executivo do CEHIDRO

*\* Publicada no Diário Oficial do Estado de Mato Grosso em 09/07/2008.*

*\*\* Este texto não substitui o publicado no Diário Oficial.*